

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 03/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1756/2006 (3 Vols.).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Fonte Boa.
- 4- **Exercício:** 2005.
- 5- **Responsável:** Sr. Sebastião Ferreira Lisboa, Ex-Prefeito do Município de Fonte Boa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 305/2015 (fls. 553).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 400/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 554/555).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2005.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO pela **DESAPROVAÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Fonte Boa**, referente ao exercício de 2005, de responsabilidade do Senhor **Sebastião Ferreira Lisboa**, Prefeito e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 3º, III, da Resolução n. 9/1997-TCE/AM.

10- Ata: 01ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de janeiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 03/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr.
Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: A365AF7F-DFFB885B-DE2B98D7-0F324D11



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 03/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 03/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1-Processo TCE nº 1756/2006.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Fonte Boa.

4- Exercício: 2005.

5- Responsável: Sr. Sebastião Ferreira Lisboa, Ex-Prefeito do Município de Fonte Boa.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 305/2015 (fls. 553).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 400/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 554/555).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2005.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Considerar em debito o responsável. Determinação a Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Recomendação ao Ministério Público de Contas.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Fonte Boa, referente ao exercício de 2005, de responsabilidade do Senhor Sebastião Ferreira Lisboa, Prefeito e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 22, III, “b”, da Lei Estadual nº 2.423/96;

9.2- Aplicar multa no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte oito centavos) ao Senhor **Sebastião Ferreira Lisboa**, ex Prefeito e Ordenador de Despesa do Município de Fonte Boa, em razão de atos praticados com graves infrações as normas legais ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

9.3-Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no item III da conclusão deste voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 03/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 03/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.4-Autorizar, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

9.5-Considerar em débito o Senhor **Sebastião Ferreira Lisboa**, ex Prefeito e Ordenador de Despesa do Município de Fonte Boa, no total de **R\$ 820.680,65** (oitocentos e vinte mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), assim discriminados:

a) **R\$ 6.932,00** “pago” à título de ajuda financeira à pessoas carentes, sem o devido processo legal”;

b) **R\$ 813.748,65**, referente à “diferença apresentada na disponibilidade real de caixa e banco.

9.6-Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados no item VI da conclusão deste voto aos cofres da Fazenda Pública de Fonte Boa, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

9.7-Determinar à Prefeitura Municipal de Fonte Boa que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos;

9.8-Recomendar ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual nº 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM.

10- Ata: 01ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de janeiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 03/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 03/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: A365AF7F-DFFB885B-DE2B98D7-0F324D11

TBB/Decisório feito de acordo com o Mod.3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM.